

A implementação das salas de recursos multifuncionais (SRM) nas escolas do município de Santa Bárbara do Pará (PA), Brasil

The implementation of Multifunctional Resource Rooms (SRM) in schools in the municipality of Santa Bárbara do Pará (PA), Brasil

La implementación de Salas de Recursos Multifuncionales (SRM) en escuelas del municipio de Santa Bárbara do Pará (PA), Brasil

Recebido: 03/03/2025 | Revisado: 22/07/2025 | Aceitado: 23/07/2025 | Publicado: 25/07/2025

Erivelton da Silva Lopes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1556-8665>
Florida University of Science and Theology, USA
E-mail: eriveltonlopes89@gmail.com

Shirley Cristina Cabral Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7139-7162>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: scen@ufpa.br

Eliane da Costa Lopes

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5126-4563>
Faculdade IBRA, Brasil
E-mail: elianeledes.el71@gmail.com

Aquila Mescouto Miranda

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4691-9189>
Prefeitura de Santa Bárbara do Pará, Brasil
E-mail: aquilamiranda@yahoo.com.br

Márcia Cardoso Lima

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8352-2911>
Prefeitura de Ananindeua Brasil
E-mail: marcyclima@gmail.com

Kezya Helga de Souza Rodrigues da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9669-9167>
Universidade Federal do Pará, Brasil
E-mail: kezya.helga@gmail.com

Wanda Luzia Caldas de Brito

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4979-6250>
Faculdade UNICV, Brasil
E-mail: Wandaluzia1315@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente estudo é analisar a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no Município de Santa Bárbara do Pará, com ênfase na inclusão educacional de estudantes com deficiência. O estudo mostra que há poucas escolas com SRM, viu ainda que a infraestrutura e os recursos disponíveis são poucos, afetando a qualidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Relatos dos professores citam a necessidade de formação contínua e colaboração entre os profissionais da educação. As SRM são reconhecidas como essenciais para garantir o direito à educação de alta qualidade, fomentando ambientes escolares diversificados e acolhedores. O artigo propõe caminhos futuros, incluindo recursos em formação, aprimoramento da infraestrutura das SRM, apoio à colaboração entre educadores e a aplicação de mecanismos de avaliação contínua. As conclusões ressaltam a importância de ações integradas para garantir que todos os discentes possam ter acesso a uma educação inclusiva, respeitando suas particularidades e contribuindo para um ambiente educacional mais justo e equitativo.

Palavras-chave: Ensino; Atendimento Educacional Especializado; Ensino e Aprendizagem; Sala de Recursos Multifuncionais.

Abstract

The objective of this study is to analyze the implementation of Multifunctional Resource Rooms (MRR) in the Municipality of Santa Bárbara do Pará, with an emphasis on the educational inclusion of students with disabilities. The study shows that there are few schools with MRR, and that the available infrastructure and resources are limited, affecting the quality of Specialized Educational Assistance (SEA). Teachers' reports mention the need for continuous

training and collaboration among education professionals. MRR are recognized as essential for ensuring the right to high-quality education, fostering diverse and welcoming school environments. The article proposes future directions, including resource training, improvement of MRR infrastructure, support for collaboration among educators, and the implementation of continuous assessment mechanisms. The conclusions highlight the importance of integrated actions to ensure that all students have access to inclusive education, respecting their individualities and contributing to a more just and equitable educational environment.

Keywords: Teaching; Specialized Educational Assistance; Teaching and Learning; Multifunctional Resource Room.

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar la implementación de las Salas de Recursos Multifuncionales (SRM) en el Municipio de Santa Bárbara do Pará, con énfasis en la inclusión educativa de estudiantes con discapacidad. El estudio muestra que hay pocas escuelas con SRM, y que la infraestructura y los recursos disponibles son limitados, lo que afecta la calidad de la Atención Educativa Especializada (AEE). Los relatos de los docentes mencionan la necesidad de formación continua y colaboración entre los profesionales de la educación. Las SRM son reconocidas como esenciales para garantizar el derecho a una educación de alta calidad, fomentando entornos escolares diversos y acogedores. El artículo propone direcciones futuras, incluyendo la formación de recursos, la mejora de la infraestructura de las SRM, el apoyo a la colaboración entre educadores y la implementación de mecanismos de evaluación continua. Las conclusiones resaltan la importancia de acciones integradas para garantizar que todos los estudiantes tengan acceso a una educación inclusiva, respetando sus particularidades y contribuyendo a un ambiente educativo más justo y equitativo.

Palabras clave: Enseñanza; Atención Educativa Especializada; Enseñanza y Aprendizaje; Sala de Recursos Multifuncionales.

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988, define a educação como responsabilidade de todos e dever do Estado e da família, com isso, deve-se promover a inclusão escolar, garantindo que os estudantes com deficiência tenham acesso total ao processo de aprendizagem através de iniciativas como Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Do mesmo modo, os direitos das crianças brasileiras ganharam força juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), além dentre outros documentos fortaleceram os direitos das crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Para mais, a Educação Especial (EI) é fundamental para o desenvolvimento humano dessas crianças, exigindo a participação ativa de todos os segmentos sociais para obter resultados relevantes no campo educacional.

Para mais, a inclusão escolar vem se efetivando sem a infraestrutura adequada, carecendo tanto de recursos materiais quanto de recursos humanos, podendo, desse modo, trazer prejuízos ao processo de inclusão que vem acontecendo em escolas públicas. O Decreto 6.571/2008, em seu Artigo 1º, estabelece que deve ser oferecido o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. Este atendimento deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com outras políticas públicas (Brasil, 2008).

Em consonância com esse decreto, as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010, orientam que os sistemas de ensino devem matricular estudantes com NEE nas classes comuns do ensino regular e oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais. De acordo com Barbosa, Fialho e Machado (2022), observam que a Educação Especial é uma área relativamente nova na educação brasileira, incluída no currículo de Pedagogia a partir do século XIX. A Educação Inclusiva (EI) apresenta desafios para pais, professores e gestores, que requerem um esforço coletivo para a implementação efetiva de escolas públicas que acolham todos os estudantes.

Ademais, o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), enfatiza que o AEE deve universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Em alinhamento com essa proposta, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), visam assegurar educação inclusiva e equitativa de qualidade para todos. Haja vista que quando crianças e adolescentes têm conhecimento de seus direitos, diferentes aspectos de situações de

violação de direitos podem ser percebidos. Além disso, segundo Silva Oliveira et al (2022), uma educação aprimorada e distintiva precisa ser direcionada aos alunos como um modo ativo de especialidade na garantia de fazer vingar para eles o máximo de aprendizagem.

Ademais, a intervenção precoce contínua, portanto, é um fator essencial para reduzir os índices de fracasso escolar, uma vez que a aprendizagem ocorre de forma gradual e contínua. Lopes e Carvalho (2022) destacam que a ausência de intervenção se observa aumento de discrepância de desempenho, quando comparado aos seus pares, ao longo das séries posteriores.

A pergunta da pesquisa é: quais escolas oferecem o atendimento SRM no Município de Santa Bárbara do Pará? A resposta a essa pergunta será explorada com base em uma análise qualitativa, fundamentada em entrevistas, visitas às instituições de ensino e análise de documentos governamentais. O objetivo do presente estudo é analisar a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no Município de Santa Bárbara do Pará.

Além disso, este trabalho pretende contribuir para a discussão sobre a importância da educação inclusiva em municípios pequenos, fornecendo estratégias para aprimorar a implementação das SRM, de modo que seja assegurado que o direito à educação seja garantido de forma plena para todos os discentes, conforme determinado pelo Decreto nº 7.611/2011 e demais normativas.

2. Revisão da literatura

A inclusão educacional no Brasil tem sido foco de diversas políticas públicas, com destaque para a criação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) como uma ferramenta de suporte fundamental para garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE). As primeiras diretrizes para a criação das SRM foram estabelecidas pela Portaria Normativa nº 13/07, que definiu a estrutura básica e a função dessas salas no processo de inclusão escolar. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 reforça que o AEE deve ser oferecido preferencialmente nas SRM, destacando o caráter complementar e não substitutivo dessas salas em relação ao ensino regular.

Segundo o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2010), o objetivo das SRM é fornecer aos estudantes público-alvo da educação especial — como alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação — o suporte pedagógico necessário em um ambiente que respeite suas individualidades e promova a inclusão. O Decreto nº 7.611/2011 solidifica a obrigatoriedade do Estado em garantir a inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, promovendo um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Por conseguinte, a escola é um ambiente que deve garantir a escolarização das crianças para que no futuro, sejam pessoas bem-sucedidas profissionalmente, mas para que isso aconteça é preciso um olhar atento e humano por parte do docente. Para mais, a intervenção precoce em ambientes inclusivos melhora o desempenho acadêmico de alunos com NEE, favorecendo um aprendizado mais significativo. A literatura também indica que a formação contínua de professores é essencial para a implementação eficaz das SRM.

Além disso, o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2010) destaca que as escolas devem seguir a Norma de Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos (NBR 9050/2020) para garantir que as SRM sejam acessíveis a todos os alunos. No entanto, em muitos casos, a adequação física das escolas não acompanha a implementação das SRM, o que compromete a plena inclusão dos estudantes com deficiência. Com isso, a Sala de Recursos Multifuncionais não deve ser vista como um local para aulas de reforço, mas sim

como um espaço projetado para ser acolhedor, distinto da sala de aula tradicional, frequentada pelos estudantes que estudam no contraturno, organizado para intervenções distintas, com recursos pedagógicos específicos.

Segundo Neris e Canteiro (2024), embora as SRMs sejam essenciais para a promoção de uma educação inclusiva, sua eficácia é frequentemente comprometida por desafios significativos, como a falta de recursos adequados, formação insuficiente dos professores e a utilização inadequada desses espaços. Por conseguinte, a falta de recursos financeiros e humanos pode comprometer a efetividade das SRM.

Com isso, essa falta de materiais adequados limita as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, dificultando a implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Também deve-se levar em consideração que muitas vezes, a contratação de professores especializados e a aquisição de equipamentos adequados são limitadas, o que prejudica o funcionamento das salas e a qualidade do atendimento prestado aos alunos.

3. Metodologia

A pesquisa sobre a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no município de Santa Bárbara do Pará, foi conduzida com uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e visitas in loco às escolas municipais que possuem SRM. O objetivo desta seção é descrever as etapas metodológicas empregadas para coletar, organizar e interpretar os dados relevantes à investigação. Além disso, para GIL (2007), a pesquisa é definida como um procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Sendo assim, a escolha por uma abordagem qualitativa se deu pela necessidade de compreender em profundidade o contexto local e os fatores que impactam a implementação e funcionamento das SRM.

A pesquisa também adotou um enfoque qualitativo exploratório, que permite investigar fenômenos sociais em contextos específicos. Esse tipo de abordagem é adequado para compreender as complexidades envolvidas na implementação de políticas educacionais inclusivas em um município de pequeno porte, como Santa Bárbara do Pará. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2010), proporciona a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno estudado de uma sociedade, tendo-se respeito pela diversidade existente.

Os dados desta pesquisa foram coletados através de três principais fontes: entrevistas, análise documental e visitas in loco às escolas municipais com Salas de Recursos Multifuncionais. Cada etapa é detalhada a seguir:

A análise documental foi realizada com base em documentos oficiais e normativos sobre as SRM. Os principais documentos analisados incluem:

- Portaria Normativa nº 13/07, que institui o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais;
- Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que define diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Decreto nº 7.611/2011, que reafirma o direito à educação inclusiva;
- O Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2010), que detalha os recursos materiais e as especificações das SRM;
- Norma NBR 9050/2020, sobre acessibilidade nas edificações, mobiliários e espaços urbanos, utilizada para verificar se as SRM estão adequadamente adaptadas.

Ademais, de acordo com o Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais instituído pelo MEC/SEESP/FNDE, por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, visa disponibilizar aos sistemas de ensino, equipamentos, mobiliários, materiais didáticos pedagógicos para a organização das SRM a fim de apoiar o desenvolvimento do

Atendimento Educacional Especializado, esses espaços devem compor os itens especificados. A seguir, o Quadro 1, apresenta as especificações e características das salas Tipo I:

Quadro 1 - Kits para a implantação da SRM.

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora Laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com Colmeia	01 Software de comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse para acionador	01 Quebra Cabeças Sequência Lógica
01 Lupa Eletrônica	01 Dominó de Frases/ 01 Dominó Tátil
Mobiliários	01 Dominó de Animais em Libras
01 Mesa redonda/04 cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para Impressora	01 Alfabeto Braille / 01 Memória Tátil
01 Armário/ 01 quadro branco	01 Kit de Lupas Manuais
02 mesas para computador/ 04 cadeiras	01 Plano inclinado- suporte para leitura

Fonte: Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2010).

Nas linhas seguintes, apresenta-se o Quadro 2, que mostra especificações e características das salas de Tipo II.

Quadro 2 - Kits para implantação das salas Tipo II.

Equipamentos e Materiais Didáticos/Pedagógicos
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de mesa
01 Punção
01 Soroban
01 de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais (Brasil, 2010).

Esse programa caracteriza as salas de recursos multifuncionais como espaço para a oferta do atendimento educacional especializado, além de que:

[...] fornece às instituições de ensino público regular um conjunto de ferramentas tecnológicas, móveis, recursos pedagógicos e de acessibilidade para a reestruturação do ambiente AEE. Com isso, cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, 82 mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE (BRASIL, 2013b, [n.p.]).

Por derradeiro, esses documentos foram essenciais para compreender o arcabouço legal e as especificações técnicas para a implementação das SRM, além de verificar a aderência das escolas de Santa Bárbara do Pará às diretrizes nacionais.

4. Resultados e Discussão

Os dados coletados na pesquisa revelam informações significativas sobre a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em Santa Bárbara do Pará. A pesquisa revelou que as primeiras SRM no município foram implementadas a partir de 2010, em apenas três escolas: Escola Jocelina Barata, Escola Coleipa e na Escola Mônica.

Verificou-se que a demanda por SRM se reflete no número crescente de discentes com NEE matriculados. As entrevistas realizadas professores indicaram que 20% a 30% dos alunos em salas regulares possuem algum tipo de necessidade educativa especial, ressaltando a urgência de um aumento na oferta de SRM. Também demonstrou que a análise qualitativa e quantitativa demonstrou que, apesar da necessidade crescente de Atendimento Educacional Especializado (AEE), a oferta atual de SRM é insuficiente para atender a demanda dos estudantes matriculados na rede municipal. Além disso, o estudo revelou que muitos casos, os pais estão há anos em busca de laudos definitivos para os seus filhos e encontram dificuldades por demora no atendimento por falta de médicos especialistas na rede estadual e municipal.

Ademais, a pesquisa também corrobora com a pesquisa de Silveira (2015), que identificou que em alguns municípios não contam com as SRMs, deixando lacunas significativas no atendimento aos alunos com necessidades especiais educacionais, onde o acesso à educação especializada continua sendo um desafio.

Atualmente, dos 21 estabelecimentos de ensino analisados, sendo uma creche. Dentro de todas as escolas, apenas três escolas possuem Salas de Recursos Multifuncionais (SRM): a Escola Mônica, Escola Coleipa e a Escola Expedito Leão. Esses dados confirmam a escassez de SRM na região, uma vez que em quase quinze anos da sua implantação no município, não houve o aumento de números de SRM no município, o que causa preocupação.

As SRM apresentam deficiências na quantidade e qualidade dos materiais didáticos, como recursos táteis e jogos pedagógicos, o que restringe a capacidade dos professores de oferecer um atendimento adequado aos diferentes tipos de deficiência. Por conseguinte, a norma NBR 9050/2020 estabelece que a acessibilidade deve ser uma prioridade nas instituições de ensino.

Além disso, a falta de recursos e materiais didáticos específicos, observada nas Escolas reforça a necessidade de investimentos na capacitação das escolas e na aquisição de ferramentas que atendam às necessidades dos estudantes com deficiência. Para mais, vários desafios foram identificados durante a pesquisa, como, por exemplo, as SRM existentes carecem de materiais didáticos e tecnológicos adequados, como software de comunicação alternativa e equipamentos acessíveis.

A formação dos professores que atuam nas SRM é considerada suficiente, uma vez que todos os professores que atuam no AEE, têm especialização em Educação Especial. Muitos educadores relataram a necessidade de mais treinamentos específicos sobre NEE. A falta de parceria entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde dificultou a realização de diagnósticos precoces e o encaminhamento adequado dos discentes para o AEE.

A análise dos resultados sugere que a implementação das SRM deve ser uma prioridade nas políticas educacionais do município. O aumento do número de salas e a melhoria nas condições de atendimento são fundamentais para garantir que todos os alunos com NEE tenham acesso a uma educação de qualidade. Além disso, deve haver um fortalecimento da articulação entre as escolas e a Secretaria de Educação para garantir que as diretrizes nacionais sejam seguidas e que os estudantes com deficiência tenham acesso a um atendimento educacional de qualidade. Por diante, deve haver a colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria de Saúde para facilitar diagnósticos e intervenções precoces.

Conforme a Meta 11.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, as cidades devem proporcionar acesso universal a espaços públicos inclusivos e acessíveis, e essa diretriz deve ser refletida nas políticas educacionais locais (ONU, 2015). A promoção de ambientes escolares que respeitem a diversidade e as necessidades dos alunos com deficiência é uma responsabilidade coletiva que deve envolver toda a comunidade escolar.

5. Conclusão

A pesquisa sobre a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no município de Santa Bárbara do Pará revela um panorama complexo e plurifacetado sobre a inclusão educacional de estudantes com deficiência. A análise dos dados coletados permitiu identificar aspectos cruciais que influenciam a eficácia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a experiência educacional dos discentes.

A irregularidade na oferta do AEE em Santa Bárbara do Pará indica a necessidade de um planejamento estratégico mais eficaz, principalmente no que tange a ausência de SRMs na grande maioria das escolas e a falta de Equipamentos e Materiais Didáticos/Pedagógicos revelam lacunas significativas que prejudicam a inclusão dos alunos com deficiência. O AEE deve ser um direito garantido a todos, e a pesquisa aponta que a sua oferta deve ser sistemática e contínua, conforme recomendado pelo Ministério da Educação. Assim como, a literatura também aponta que a qualidade do AEE está diretamente ligada à formação e à capacitação dos profissionais envolvidos, reforçando a importância de investimentos nessa área.

Por diante, percebe-se que o governo municipal deve priorizar a adequação das SRM, garantindo que todas as escolas tenham acesso a recursos e materiais necessários para atender às demandas dos estudantes com deficiência. Essa adequação deve incluir investimentos em equipamentos, materiais didáticos e na criação de ambientes acessíveis.

Em vista disso, a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais em Santa Bárbara do Pará representa um passo significativo em direção à inclusão, mas exige atenção e comprometimento contínuos por parte das autoridades educacionais e da sociedade. Somente com ações integradas e efetivas será possível garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas singularidades e promovendo um ambiente escolar mais justo e equitativo.

Em suma, a jornada em direção à inclusão plena é um desafio que requer a colaboração de todos os envolvidos no processo educacional, e a experiência de Santa Bárbara do Pará pode servir como um modelo para outras localidades que buscam aprimorar suas práticas inclusivas.

Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2020) NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT.
- Brasil. (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (1990). Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras disposições. Diário Oficial da União, 1990. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.
- Brasil. (1994). Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.
- Brasil. (2007). Portaria Normativa n.º 13, de 24 de abril de 2007. Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/multifuncional.pdf>.
- Brasil. (2008). Decreto n.º 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm.
- Brasil. (2009). Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf.
- Brasil. (2010a). Resolução CNE/CEB n.º 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC. <https://prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cneceb-no-4-de-13-de-julho-de-2010>.
- Brasil. (2010b). Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Brasília: Secretaria de Educação Especial. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936manualorientacaoprogramaimplantacaosalasrecursosmultifuncionais&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192.
- Brasil. (2011). Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras exceções. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7611.htm.

Brasil. (2014). Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011.

Gil, A. C. (2007). Como elaborar projetos de pesquisa. (4. ed.). Editora Atlas.

Lopes, da Silva. E. & de Carvalho, O. D. C. A. (2022). Dislexia: uma revisão sistemática. *Revista Conjecturas*. 22(2), 1534-55.

Minayo, M. C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (12ª ed.). Editora Hucitec-Abrasco, 2010

Neris, V. S. F. & Cantero, A. M. M. (2024). Inclusão Eficaz: Análise das Condições de Funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais na Rede Estadual de Educação de Iporá. *Revista Humanidades e Tecnologia (FINOM)*. 48 (1), 168-82.

Silva de Oliveira, A. S. (2022). Como práticas pedagógicas de professores em salas de recursos multifuncionais: revisão sistemática das pesquisas no Brasil. *Revista Inclusiones*, março, 230-46. <https://www.revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/3254>.

Silveira, B. N. (2015). A política de educação inclusiva nas escolas municipais de Toledo – Paraná no período de 2008 a 2012: um estudo da implementação das salas de recursos multifuncionais. 2015. 134f. Dissertação (de Mestrado). Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2015.

Souza Barbosa, D., Machado Fiuza Fialho, L. & dos Santos Machado, C. J. (2018). Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos de sua constituição no cenário internacional. *Revista Atualidades Investigativas em Educação*, 18 (2). <https://doi.org/10.15517/aie.v18i2.33213>

ONU. (2015). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Organização das Nações Unidas (ONU). <https://brasil.un.org/pt-br>. 9).